

A universidade privada na perspectiva de (ex) universitários que participam de coletivos



Ivanise Monfredini
Universidade Católica de Santos.

Denise Alves de Souza Ferreira
Universidade Católica de Santos.

Fecha de recepción: 17 de junio de 2021
Fecha de aceptación: 10 de octubre de 2021

Resumo

Qual pode ser a contribuição da universidade privada na formação política de universitários que participam de coletivos? No artigo as autoras analisam depoimentos de ativistas sociais, que foram obtidos durante a realização de pesquisa de mestrado mais ampla, entre os anos de 2017 e 2018. Os depoimentos sugerem que a universidade contribuiu para a formação política, especialmente quanto aos conhecimentos que nelas circulam. No entanto, as relações pautam-se pelo autoritarismo e individualismo, limitando uma formação política plena. A metodologia que fundamenta o estudo é de tipo qualitativo, cujo levantamento de informações se deu por análise de bibliografia sobre o tema e de depoimentos obtidos por meio de entrevista semiestruturada realizada com treze universitários e ex-universitários que fizeram seus cursos de graduação em universidades com sede na Região Metropolitana da Baixada Santista. Num cenário de ataque à democracia, as autoras consideraram relevante retomar esses depoimentos, pois eles permitem uma reflexão sobre o processo de formação política apartado de vivências democráticas. Diante dos processos restritivos à política, à educação, à ciência, ao conhecimento, as autoras trazem para o debate a perspectiva desses universitários e ex-universitários, visando contribuir com o debate e a defesa da universidade como direito de todos.

Palavras-Chave: Universitários; Coletivos; Universidade Privada; Formação Política; Região Metropolitana da Baixada Santista.

La Universidad privada desde la perspectiva de (ex)estudiantes universitarios que participan en colectivos

Resumen

¿Cuál puede ser el aporte de la universidad privada en la formación política de los estudiantes universitarios que participan en colectivos? En este artículo se analizan testimonios de activistas sociales que fueron obtenidos durante la realización de una investigación de maestría más amplia, entre los años 2017 y 2018. Los testimonios sugieren que la universidad contribuyó a la educación política, especialmente en lo que respecta al conocimiento que circula en ella. Sin embargo, las relaciones están guiadas por el autoritarismo y el individualismo, lo que limita una formación política completa. La metodología en la que se basa el estudio es de tipo cualitativo; la información se recopiló mediante el análisis de la bibliografía sobre el tema y los testimonios obtenidos a través de entrevistas semiestructuradas a trece estudiantes universitarios y ex alumnos que cursaron sus estudios de pregrado en universidades con sede en la Región Metropolitana de la Baixada Santista. En un escenario de ataque a la democracia, los autores consideraron relevante volver a estas declaraciones, ya que permiten una reflexión sobre el proceso de formación política al margen de las experiencias democráticas. Frente a los procesos restrictivos a la política, la educación, la ciencia y el conocimiento, los autores llevan a discusión la perspectiva de estos universitarios y ex alumnos, con el objetivo de contribuir al debate y la defensa de la universidad como un derecho de todos.

Palabras clave: estudiantes universitarios; colectivos; universidad privada; formación política; región metropolitana de la Baixada Santista.

The private (independent) university from the perspective of (ex) universities who participate in collectives

Abstract

What would be the contribution of the universities in the private sector to the political formation of its students who participate in political organizations? In this article, the authors analyze testimonies from social activists, which were obtained during the conduct of a broader work for a Master of Research degree, between 2017 and 2018. The testimonies suggest that the university contributed to political education, especially regarding the knowledge that circulates in them. However, relations are guided by authoritarianism and individualism, limiting a full political formation. The methodology on which the study is based is of a qualitative type, whose information was collected by analyzing the bibliography on the topic and the testimonies obtained through a semi-structured interview with thirteen university students and former students who took their undergraduate courses at universities headquartered in the Baixada Santista Metropolitan Region, at São Paulo State, in Brazil. In a scenario of attack on democracy, the authors considered it relevant to resume these statements, as they allow a reflection on the political formation process disjuncted from democratic experiences. Facing the restrictive processes to politics, education, science and knowledge, the authors bring to the debate the perspective of these university students and ex-students, aiming to contribute to the debate and the defense of the university as a right of all.

Keywords: University students; political organizations; Private University; Political Education; Metropolitan Region of Baixada Santista.

Introdução

O Brasil é um país onde o Ensino Superior é predominantemente privado, condição que também se apresenta na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). Entre os jovens que nos últimos anos ingressaram nessas universidades, encontram-se aqueles que participam de coletivos e movimentos sociais e que buscam tanto obter uma formação profissional, quanto aprofundar estudos e, assim, fortalecer o ativismo político, entrelaçando-se individual e coletivamente no processo de mudança social profunda, que afeta todas as esferas da vida humana no atual momento histórico. Neste artigo, as autoras se detêm, especialmente, no tema da contribuição à universitários e ex-universitários, que atuam em coletivos, possibilitada (ou não) pelos cursos superiores privados, na RMBS. Doze dos entrevistados realizaram trajetórias formativas em organizações privadas e apenas um deles em uma instituição pública. Vale frisar que tanto as universidades públicas como as particulares, há décadas, são geridas pelos dispositivos neoliberais inscritas no Estado brasileiro.

De modo sintético, entendemos formação política como aquela que, tanto por meio de experiências participativas democráticas em que as decisões e ações são coletivas, como pelas informações e conhecimentos, propicia a compreensão e a participação política plena. Essa formação implica experiência práticas em que as mudanças, a garantia dos direitos, o bem viver, o bem comum, são coletivos, tanto na sua proposição, quanto na sua conquista e fruição. A formação política plena exige, pois, reconhecer o Outro, desse modo, na universidade pública ou privada, pressupõe a experiência democrática nos processos de tomada de decisão e de ação.

Este texto articula-se em torno de uma pergunta: qual pode ser a contribuição da universidade privada na formação política de universitários que participam de coletivos?

A delimitação do estudo em universidades decorre do fato que, pela legislação brasileira (Decreto 9.235 de 15 dez. de 2017), as universidades devem manter, pelo menos, quatro cursos de mestrado e dois de doutorado. Ou seja, são as universidades que, em tese, realizam pesquisa, ensino e extensão. Os sujeitos entrevistados cursavam universidades localizadas na RMBS, que é uma área geográfica e administrativa criada pela Lei Complementar Estadual nº 815 de 30 de junho de 1996, localizada no litoral do estado de São Paulo, e que reúne nove municípios vizinhos: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Santos, São Vicente, Praia Grande e Peruíbe. Nesta região de abrangência da pesquisa, foram identificadas, no momento da pesquisa, sete universidades com sede na RMBS, sendo cinco privadas e 2 públicas.

Dada a complexidade do objeto, a pesquisa foi de tipo qualitativa, uma vez que ela permite, como indica Pires, englobar dados heterogêneos, “descrever em profundidade vários aspectos importantes da vida social concernentemente à cultura e à experiência vivida, justamente devido à sua capacidade de permitir ao pesquisador dar conta (...) do ponto de vista do interior ... [do fenômeno observado]” (2018: 90).

Para analisar aqui as dimensões da formação política em universidades privadas (em tese, um espaço democrático de direito), para os universitários que participam de coletivos, cotejou-se os depoimentos dos treze universitários entrevistados, à bibliografia pertinente. Os entrevistados assinaram um Termo de Concordância Livre e Consentido e suas identidades foram preservadas, assim como a dos coletivos nos quais atuam, e das universidades nas quais realizavam os respectivos cursos superiores. Assim como Poupard, consideramos que as entrevistas dão “mais espaço aos diversos pontos de vista dos atores sociais” (2018: 247), motivo pelo qual este procedimento foi privilegiado na realização da pesquisa que fundamenta este artigo. Vale frisar também que as autoras consideram as entrevistas como processo de produção de conhecimento (como sugerem

Szymanski, 2014; Bastos e Santos, 2013; Poupart, 2018), que ocorre nas várias fases de sua realização, desde a conversa entre entrevistado e entrevistador, até as análises e categorização teoricamente fundamentadas, incluindo a transcrição das entrevistas, que foi enviada para cada entrevistado, antes de serem analisadas.

As análises apresentadas neste artigo estão referenciadas em Dardot e Laval (2017) quanto aos temas do neoliberalismo. Em González Rey (2012), buscamos algumas ideias para discutir a subjetividade, em Bobbio (1992) e em Oliveira (1998) fundamentos para a discussão sobre a possibilidade da política e, em Souza (2018) sobre o Estado brasileiro. Para a discussão sobre coletivos e movimentos sociais, buscamos em Gohn (2017) conceitos norteadores. Sobre a universidade, nos apoiamos nas ideias de Santos (2011) e Turfio e Santos (2017). Do cotejamento dessa bibliografia com os depoimentos, procedimento realizado de acordo com as indicações de Franco (2005), emergiram duas categorias: os motivos pelos quais os entrevistados participam de coletivos e as considerações deles sobre as contribuições das universidades à formação política. As análises que compõem esse artigo tem como foco a segunda categoria.

A ação dos coletivos e movimentos sociais tem sido fundamental para a garantia dos direitos, que se traduzem em políticas públicas e programas sociais, especialmente num país desigual como é o Brasil, como se desprende da leitura de Gohn (2001 e 2017). Essa ação tem sido importante também para a garantia do direito à educação. Na última década, diferentes grupos étnicos conquistaram direitos visando, por exemplo, o acesso ao ensino superior, como no caso das cotas para negros e o direito à escolarização na língua materna, no caso dos povos originários. No entanto, esses direitos foram alcançados num cenário de aprofundamento tanto dos mecanismos de privatização, que impõem critérios de mercado na gestão das universidades, quanto das desigualdades sociais, como resultados do acirramento das contradições capitalistas, especificamente do neoliberalismo.

A análise acerca dessas questões perpassa a contradição entre a ampliação dos direitos e a sua negação, como apontada por Bobbio (1992), quando expressa o incômodo do Tempo histórico, na sua ampla reflexão sobre a política. Globalização e neoliberalismo são alguns dos nomes que receberam as profundas mudanças percebidas por Bobbio e que, na atualidade, envolve a todos. Esse é também o Tempo de acirramento das contradições, dentre as quais, a que Bobbio (1992) apontava, entre a proclamada ampliação dos direitos e a sua evidente ausência na realidade cotidiana dos “cidadãos”:

(...) se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido. Não se poderia explicar a contradição entre a literatura que faz a apologia da era dos direitos e aquela que denuncia a massa dos “sem-direitos”. Mas os direitos de que fala a primeira são somente os proclamados nas instituições internacionais e nos congressos, enquanto os direitos de que fala a segunda são aqueles que a esmagadora maioria da humanidade não possui de fato (ainda que sejam solene e repetidamente proclamados). (Bobbio, 1992: 11).

Diante das profundas mudanças culturais e subjetivas, Bobbio (1992) perscruta o problema da aparente (im)possibilidade da política. Como também apontam Dardot e Laval (2017) considerando a relação neoliberalismo e política. O primeiro tem como consequência a criação de uma nova era em termos políticos: a era pós-democrática. Trata-se de um tempo que prescinde da democracia, tendo em vista a forma como está estruturado esse sistema, em torno de forças e poderes — “oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais” (Dardot e Laval, 2017: 8)—, que se apoiam em escala mundial, impedindo espaços para manobras políticas. O impedimento à democracia resulta também do processo de subjetivação neoliberal, do sofrimento psíquico ao qual estão submetidos

os indivíduos frente à competitividade, ao isolamento social e à polarização entre os poucos bem sucedidos e os “perdedores”, que desistem; polarização que mina a solidariedade e a cidadania. Como se referem Dardot e Laval (2017), é inevitável pensar num confronto ao sistema neoliberal, que, no entanto, se coloca como problemático, tendo em vista a dificuldade para reunir as condições, na escala em que ele se dá.

A crescente desigualdade não parece ser mobilizadora de solidariedades. Apesar da crescente desigualdade, o indivíduo neoliberal não tem tempo para o exercício da política, que exige disponibilidade para o outro. Como indicam Dardot e Laval (2017), a sociabilidade neoliberal tende a destruir as solidariedades. É dessa perspectiva que alguns autores (Oliveira, 1998; Nogueira, 1998; Carvalho, 2012) apontam o problema do esvaziamento do campo político no Brasil. Como fortalecer a identificação com o outro, necessária à constituição de solidariedades e resistências? A universidade gerida pelos dispositivos neoliberais, privada, pode contribuir com esse processo?

No caso das políticas de ensino superior, os alunos e os movimentos sociais podem se constituir em atores privilegiados na mudança das tendências restritivas à política, que também afetam as relações nas universidades. Desta perspectiva, a nossa pretensão com este artigo é trazer a perspectiva dos universitários e ex-universitários que atuam em coletivos, sobre a universidade privada, no que diz respeito à sua formação política.

Em tese, a universidade é possibilitadora de processos de formação política, no entanto, no caso brasileiro, essas instituições estão há décadas inseridas na privatização, entendida como:

(...) parte de um processo histórico, longo e complexo. Processo este que escapa às simples determinações políticas emanadas de dentro do próprio campo educacional, (...) mas que faz sentido quando posto em seu solo material, em sua objetividade, no bojo de uma sociedade inserida no plano internacional e caudatária das mudanças que se processaram nos padrões de acumulação do capitalismo mundial (...). (Minto, 2006: 113)

Nesse sentido, entende-se privatização como um processo amplo que se realiza com a criação dos dispositivos neoliberais, pelos quais se implantam os critérios de gestão do setor privado, dentro do Estado, tendo como meta a reprodução do capital. Processos como flexibilização de currículos e a precarização do trabalho e emprego de professores e pesquisadores, são apenas a ponta do iceberg, que tem se mostrado na sua totalidade no momento histórico atual, em que a educação, a ciência, a tecnologia tem sido atacados diretamente.¹ Nas universidades privadas lucrativas, os critérios de gestão são orientados pela necessidade de manutenção de lucros, o que acarreta efeitos diretos sobre os processos e os três eixos que distinguem a universidade-ensino, pesquisa e extensão. A Universidade tende a se empobrecer, visto que toma os conhecimentos e a formação somente pela perspectiva do capital. Como já indicaram estudos anteriores (Monfredini, 2013, 2013a), a Universidade se esvazia ao ser operada sob um dos seus determinantes (o capital), pois se institui o fundamento imediato e pragmático, impossibilitando a formação mais ampla, científica, tecnológica e artística. Sobre isso vale citar Santos (2011), para quem a tendência é que as fronteiras entre universidade pública e privada sejam borradas, transformando-as em empresas. A universidade como empresa é, como afirma Santos (ibídem: 21), “uma entidade que não produz apenas para o mercado mas que se produz a si mesma como mercado, como mercado de gestão universitária, de planos de estudo, de certificação, de formação de docentes, de avaliação de docentes e estudantes”.

¹Sobre o problema do ataque à ciência vale citar a matéria publicada por Oliveira Andrade (2019) na *Revista Pesquisa FAPESP*, que indica, entre outros fatores relacionados ao fenômeno, o da desinformação, o que coloca o desafio aos pesquisadores, de dialogar mais com a sociedade.

Esse artigo, se desenvolveu a partir de uma hipótese que se contrapõe a essas tendências. Em primeiro lugar porque colocou em foco universitários que fazem política participando de coletivos. Em segundo lugar porque considerou possível a contribuição da universidade para a formação política desses universitários. Os resultados tanto afirmam essas possibilidades, como mostram os impedimentos a sua realização plena, tendo em vista os limites determinados pelas tendências restritivas apontadas acima. Esses são os temas que serão tratados na sequência, após uma breve apresentação das principais informações dos entrevistados.

Os entrevistados

Uma vez que este artigo tem como base os depoimentos dos entrevistados na pesquisa de mestrado citada acima, na sequência apresentamos as principais informações sobre eles. Vale ressaltar que os nomes dos entrevistados são fictícios e que foram omitidos os nomes e a localização dos coletivos nas quais atuam, assim como das universidades em que estudam ou estudaram:

Quadro 1 – Os entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Area/Tipo Formação mov. social em que atua	Formação Superior (curso)	Universidade Pública ou Privada
Adriana	Feminino	50	Crianças	Estilista	Privada
Berenice	Feminino	41	Mulheres ciganas	Advogada e Professora	Privada
Cássio	Masculino	38	Cultura de Rua	Assistente Social	Privada
Danilo	Masculino	22	Movimento Estudantil	Assistente Social	Pública
Eduardo	Masculino	29	Cultura de Rua	Sociólogo	Privada (EAD)
Fábio	Masculino	43	Ass. Cultural dos Afrodescendentes	Assistente Social	Privada
Giordano	Masculino	29	Política Econômica Relações	Relações Internacionais	Privada
Honofre	Masculino	28	Pastoral da Juventude	Professor de História	Privada
Ivone	Feminino	69	apoio para meninas e mulheres	Pedagoga	Privada EAD)
Juliana	Feminino	53	apoio para meninas e mulheres e Associação cultural	Professora de Música	Privada
Lauro	Masculino	41	Moradia e Violência	Comunicação Social	Privada
Maria	Feminino	33	Cultura Caiçara e Ambiental	Jornalista	Privada.
Noemia	Feminino	52	Central Sindical – grupo de mulheres	Professora	Privada.

Fonte: elaborado por Souza Ferreira (2019).

Dos treze (13) universitários entrevistados, doze deles realizaram sua formação superior em organizações privadas. Apenas um estudava em uma instituição pública. Sete dos entrevistados são homens com idades entre 22 e 43 anos. Seis são mulheres com idades entre 33 e 69 anos. As entidades nas quais atuam os entrevistados são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's). Apenas Noemia atua numa organização tradicional do movimento social: uma Central Sindical. Essa distribuição remete aos processos de mudança na forma como tem se dado a participação política da sociedade civil organizada nos últimos 40 anos, no Brasil. Gohn (2001 e 2017), traz contribuições

para a compreensão das diferentes perspectivas históricas que se constituíram ao longo desse tempo. Como sugere, os militantes dos movimentos sociais de décadas passadas (sindicatos, partidos políticos) estavam unidos por ideologias e ideias políticas. Os ativismos são um fenômeno mais recente, do século XXI. Os ativistas não pertencem de modo permanente a um grupo determinado, como sugere Gohn (2017). São coletivos que buscam, ou que têm grande visibilidade nas mídias, mas, são organizados por pessoas pouco conhecidas no mundo da política “oficial”. As manifestações organizadas por ativistas trazem uma nova forma de participar na política: nem partidos políticos, nem a política oficial e nem organizações específicas. Antes, como afirma Gohn (ibidem), é a política em sentido grego: o cidadão que se manifesta e debate em um espaço público, aglutinando participantes de diversos coletivos, e organizações independentes. Também, os coletivos são autogeridas dentro da proposta de não reproduzir relações hierarquizadas e instituídas, como sugere um trecho do depoimento de Juliana, ao se referir ao movimento social que participa: “(...) entrar no movimento social é exatamente isso, é a motivação com outras colegas e outras pessoas que realmente acreditam naquela proposta, né? Juntas, pensamos juntas, elaboramos propostas juntas, é... É... Propomos as questões (...)”. Gohn percebe nessas novas formas de contestação, mais “perspectivas alternativas para interpretar o mundo” (ibidem: 630),

Os problemas sociais abrangidos pela atuação dos entrevistados é variada: uma Oscip que atua junto a crianças e adolescentes em risco e vulnerabilidade social; outro, um movimento estudantil dentro da Universidade; outra uma Oscip que se organiza em torno da preservação da cultura de mulheres ciganas; um grupo de ativistas pela rede social, que atua contra violências e pelo direito à moradia; outra Oscip que visa o fortalecimento do Hip Hop e sua cultura de rua; um Clube que atua nas cidades de São Vicente e Cubatão apoiando mulheres e crianças em situação de violência social; um coletivo que apoia a cultura afrodescendente, que fortalece o movimento negro; um outro coletivo que se organiza em torno da discussão de uma política econômica voltada para a maioria, que luta pelo investimento em infraestrutura; finalmente, um movimento de fortalecimento e reconhecimento da cultura caiçara (pesca, agricultura, artesanato e a miscigenação do povo negro, branco e o índio).

No grupo de entrevistados, chama atenção que os coletivos que mais agregam ativistas são os de mulheres (ciganas e grupo de apoio a meninas e mulheres, sendo três entrevistados), e os culturais (cultura de rua, cultura caiçara, cultura afrodescendente, e associação cultural, com cinco entrevistados). Esse número expressivo reflete as mudanças nos movimentos sociais indicadas acima, e que são articuladas ao neoliberalismo, aprofundado após a crise de 2008, e o reposicionamento relativamente mais autônomo do país na divisão internacional do trabalho que “se traduz num contexto sócio político diferente daquele de décadas passadas, do ponto de vista econômico, social e político, que se manifesta também inúmeras inovações culturais” (ibidem: 619). Nesse período proliferam movimentos multi e pluriclasistas abrangendo a alteridade e pautas identitárias.

Neste período, novas formas de abordar as demandas populares foram institucionalizadas. O Estado promoveu reformas, descentralizou serviços em âmbito social e criou canais de mediação com os movimentos sociais, como as Câmaras e os Conselhos, além de novos programas sociais. Gohn, sugere que o resultado desse processo é contraditório, pois, ao mesmo tempo em que se constituíram em vitória, uma vez que as demandas dos movimentos sociais foram reconhecidas como um direito, e dessa forma, se institucionalizaram nas práticas da administração pública, também foram “ancoradas no pragmatismo tecnocrático” (ibidem: 621), sem rompimento com os dispositivos neoliberais. Como afirma ainda a autora, as novas políticas desmobilizaram os antigos movimentos e favoreceram as configurações institucionais e o apoio legal para os novos atores organizados em associações e organizações do setor terciário (ibidem).

O resultado é questionável. Em tese, o movimento social deveria indicar a alternativa, o novo, as possibilidades, no entanto, não transformaram a sociedade e as relações com a política institucional na magnitude necessária para romper com a sociabilidade neoliberal. Qual a alternativa? As autoras não pretendem responder a essa questão neste artigo, mas contribuir com a reflexão sobre elas, considerando que a universidade pode ser uma instituição importante para a constituição de alternativas.

A participação em coletivos e movimentos sociais, aponta para uma inserção social que não está baseada na renda/salário obtida pelo indivíduo a partir da venda da sua força de trabalho a um empregador. A inserção social propiciada pela participação política, tem como base o compartilhamento da riqueza comum (espaços físicos, objetos, serviços, produtos, conhecimentos, cultura, trabalho, identidades, etc.). Ao contrário, na sociabilidade neoliberal, a manutenção dos lugares sociais depende da renda e do consumo. Essa condição está articulada à empregabilidade, que num movimento contínuo provocado pela profunda e ampla mudança na estrutura de produção, está sempre por ser alcançada pelo indivíduo. Então, o indivíduo neoliberal que assume subjetivamente essa perspectiva, é aquele que, diante do desemprego, da pobreza, da ausência de políticas públicas, tende a isolar-se socialmente. As experiências baseadas na solidariedade, relatadas pelos entrevistados, indicam uma subjetividade alternativa.

Além da família, outros espaços localizados nas comunidades formaram a base de experiências de solidariedade que posteriormente motivaram os entrevistados a atuarem em movimentos sociais e coletivos, como a igreja católica e o trabalho voluntário nas organizações comunitárias. A participação em movimentos sociais propicia experiências de construção coletiva, que são formadoras. Entre os entrevistados, somente Giordano citou que a motivação para participação política nasceu durante a realização do curso superior. Ao considerar a importância das questões econômicas e da dívida pública, ao pesquisar sobre o assunto, Giordano encontrou pessoas militando. O aprofundamento no assunto resultou na criação de um coletivo que Giordano é fundador, além da filiação partidária. Para Giordano, a importância dos movimentos sociais é que permitem “perceber (...) que é impossível mudar as coisas a partir de si mesmo, que muitas das coisas sob as quais a gente está submetido não é só sobre a nossa atuação individual, que a gente pode conseguir mudar (...)”. Para Giordano, com a participação política, se adquire “(...) uma visão de mundo ampla, fraterna, generosa (...)”. (trechos do depoimento de Giordano).

Os depoimentos indicam que os entrevistados colocaram a sua formação profissional universitária a serviço da comunidade. Em estudo realizado por Silva (2018) analisando a trajetória de jovens universitários de classes populares (Complexo da Maré-RJ) até a universidade pública (UFRJ), o autor identificou que a Universidade ainda é um lugar elitista, na qual prevalecem os valores da meritocracia, com base no desempenho individual, muito diversos daqueles das classes populares, especialmente dos entrevistados. A tendência, como afirma o autor, é que após realizarem com sucesso a formação no ensino superior, os jovens de classes populares “não se reconheçam mais em seu lugar de origem depois que ‘convertem’ os seus *habitus* e acabam se conformando aos valores dominantes do mundo acadêmico” (ibídem: 201), e, em consequência, mudam de lugar social. Dito de outra forma, quando o imaginário social passa a ser orientado pelo individualismo e a meritocracia, os jovens perdem o pertencimento com os seus lugares de origem. E o autor acrescenta que “nesse processo de ‘desterritorialização’, muitos terminam por (re)afirmar e reforçar um conjunto de juízos discriminatórios e estereotipados em relação aos territórios populares e seus moradores” (ibídem: 201-202). Não foi o caso dos entrevistados. Ao contrário, ou eles voltaram para suas comunidades de origem, ou se mantiveram nelas.

Vale ressaltar ainda que apenas um dos entrevistados referiu-se à formação na universidade como motivadora para a atuação política. Esses achados sugerem que as experiências nos coletivos são significativas na formação dos entrevistados. E a universidade? Como ela contribui (ou não), para a formação política? Esse tema será tratado na sequência, a partir da percepção dos entrevistados sobre as possibilidades de formação política.

A formação política possível na universidade privada

Os depoimentos sobre os motivos pelos quais os entrevistados participam de movimentos sociais, indicam que a solidariedade, ao contrário do individualismo neoliberal, dá o sentido à essa participação e, em consequência, à sua formação como sujeitos, os seja, pessoas que legitimam seu valor, “capazes de gerar ações singulares e que mantêm sua identidade através dos vários espaços de contradições e confrontações que necessariamente caracterizam a vida social” (González Rey, 2012: 153). A universidade se constitui num desses espaços de contradições a que se refere Rey, onde, como sugere ainda Silva (2018), a ordem moral é permeada pela meritocracia e o desempenho individual. Apesar do reforço ao individualismo, a universidade privada contribui para a formação política dos entrevistados, como sugeriram os depoimentos. Ivone, por exemplo, afirmou que a universidade contribui positivamente para a sua formação política: “A formação universitária, como eu já disse anteriormente, só acrescentou positivamente às minhas atividades diárias no movimento social.” (trecho do depoimento de Ivone).

Ivone compõe com outros cinco entrevistados, um grupo que citou pontos relacionados aos conhecimentos veiculados pelas universidades (cultura e ciência), durante a formação profissional específica de cada um, como possibilitadores de formação política. Os depoimentos deste grupo de entrevistados sugerem que o ensino e a pesquisa, atividades que instituem a universidade como tal, são importantes, pois ampliam a compreensão de mundo. Eduardo, por exemplo, acredita que a universidade pode potencializar a formação política, quando divulga conhecimentos “verídicos”, a pesquisa, propiciando maior autonomia aos estudantes. Ainda sobre o conhecimento veiculado nas universidades privadas, cursadas pelos entrevistados, outros pontos importantes também foram indicados:

- 1- o conhecimento precisa articular teoria e prática, para propiciar a formação política;
- 2- o professor é quem faz acontecer. No interior da universidade, ocorrem múltiplas relações, e umas delas, professor-aluno, é fundamental, no processo de saberes, do conhecimento, e sua ação política, destacando a importância desse contato também nos momentos informais, quando os alunos aproximam-se do professor, trocando ideias e experiências, expressando opiniões e criando situações;
- 3- as atividades extra-classe são importantes para a formação política, como por exemplo, os debates públicos;
- 4- finalmente outro ponto citado pelos entrevistados foi a participação em projetos de extensão.

Em síntese, os depoimentos afirmam a contribuição da universidade à formação política, pelo conhecimento “verdadeiro”, pela relação teoria e prática, pela pesquisa e extensão, pelos debates e também pelo papel assumido por professores. A perspectiva desses entrevistados reafirma a importância dos conhecimentos veiculados e criados

na universidade privada. Ou seja, os entrevistados reafirmam o significado social da universidade, que historicamente se institucionalizou como lugar da produção da “verdade” pela ciência, ensino e, também, pela valorização dos conhecimentos eruditos.

Então, da perspectiva do conhecimento que circula nas universidades privadas, os entrevistados validam a significação social dada a universidade e a possibilidade de formação política, nela. A formação ocorre, como indica González Rey (2012), na luta pelo reconhecimento de si mesmo, que se processa nas diferentes esferas sociais, nas quais, as diferentes subjetividades podem se rever no movimento vivo das relações sociais. A universidade, como sugerem os depoimentos, é parte desse processo e, ao cumprir sua significação social — ensino, extensão e pesquisa para produção de conhecimentos fundamentados na ciência —, colabora para a formação política. No entanto, essa significação social historicamente se constituiu em detrimento dos saberes populares. Essa dicotomia, que desvaloriza, hierarquiza e anula saberes, permeia também o olhar para os sujeitos desses saberes, trazendo, ao mesmo tempo, tensão e distanciamento na relação com a universidade. Talvez por esse motivo, a totalidade dos entrevistados também trouxeram depoimentos controversos sobre a organização na qual estudavam. Ao mesmo tempo em que dez deles apontam as contribuições para sua formação política, pelos conhecimentos, todos terminam por tecer críticas às relações dentro da universidade, que indicam os impedimentos à realização da formação política plena.

As vivências, como indica González Rey (2012), integram a emoção e a produção de sentidos, nas subjetividades. Por isso são importantes de serem considerados nos processos de formação. Nessas vivências outros sentidos podem permear as práticas: a livre associação, o trabalho cooperativo, a solidariedade, o acolhimento, as decisões democráticas e compartilhadas, propiciando aos envolvidos (alunos, professores, sujeitos dos movimentos sociais) uma vivência coletiva de autodeterminação, de relações democráticas, de valorização de conhecimentos diversos. Nesse ponto se identifica o limite da universidade privada.

Entre os entrevistados prevalece uma perspectiva restrita e até negativa quanto à existência de relações democráticas, ou mais criativas nas universidades privadas. Os entrevistados relatam:

- 1- A ausência de vivências que extrapolam os muros da universidade (extensão, estágios) e muito menos a proximidade com movimentos sociais e coletivos. Para Noêmia, “hoje por uma conjuntura e a mudança do perfil dos universitários, algumas universidades têm dado um mínimo de abertura para os Movimentos Sociais”.
- 2- Dois dos entrevistados reputam o problema da universidade à falta de tempo dos professores que são contratados como horistas, o que dificulta desde o relacionamento professor-aluno, como o desenvolvimento de propostas alternativas.
- 3- Um dos entrevistados indicou que a universidade se fecha em si mesma, nos seus conhecimentos.
- 4- Finalmente, o relato de dois entrevistados citou as relações autoritárias nas suas vivências universitárias, por exemplo, a experiência relatada por Noêmia, que foi marcada pelo autoritarismo. Noêmia relata: “quando fui para a Universidade, minha base no movimento social não me atrapalhou. Um amigo de outro curso e eu tentamos fundar o Diretório Acadêmico, mas em poucos dias a Reitora lacrou o DA e assim ficou até o final do curso”. A experiência de total negação ao diálogo, é simbólica dos efeitos da privatização das universidades, apontados por Silva (2011), que se aprofundam e ampliam, inclusive, pela formação dos conglomerados educacionais. A privatização modifica agendas de pesquisa, as práticas de ensino, currículos, e o relacionamento com os alunos, em função da maior rentabilidade.

Para a mudança desse cenário, Santos (2011) propõe a democratização interna e externa da universidade, no modelo denominado por ele de pluriversitário. Além das decisões internas colegiadas, a universidade, para enfrentar o neoliberalismo aprofundado, necessita articular-se às classes populares, ao movimento social, em detrimento do seu isolamento. Este é um tema sobre o qual não há consenso, muito menos dentro das universidades. Turíbio e Santos (2017) apontam pelo menos duas tendências em disputa:

(...) a educação superior não ficou imune aos ditames do capital e, por isto, tem sido motivo de embates políticos entre grupos que propõem para este campo caminhos diversos: um para a direção de sua mercantilização e outro para a sua distinção como bem público e, portanto, inegociável.

Para aqueles grupos que lutam pela via contra-hegemônica [bem público], este cenário complexo e contraditório é também repleto de possibilidades. E um dos caminhos propostos nesta batalha é a efetivação da democratização da gestão da educação, por meio da ampliação da participação social nos espaços decisórios. (Turíbio e Santos, 2017: 6)

Portanto, a participação de alunos e movimentos sociais é fundamental, para a universidade e para as pessoas envolvidas, no caso, participantes de coletivos, que tem ampliadas as possibilidades de sua formação, pela participação democrática.

Os sujeitos entrevistados atestam a importância da universidade para os coletivos se fortalecerem, e para isso, é preciso haver abertura da parte da universidade. Giordano corrobora essa perspectiva, quando, ao discutir as possibilidades de diálogo entre o movimento social e a Universidade, afirma que "(...) da parte da Universidade privada acaba sendo muito incipiente e uma iniciativa meio que, individual de grandes professores que têm uma consciência muito grande dessa necessidade (...)." No entanto, percebe-se que essa relação professor-aluno, não acontece quando os professores se mantêm neutros em favor do seu emprego, e assim limitando essa relação. Muitas vezes as discussões dentro do ambiente universitário são reclusas, para Honofre "nos fechamos em discussões intelectualmente elitistas e acabamos por falar sozinhos". O que para Juliana mostrou-se através do tratamento dos professores dentro da Universidade, que eram "(...) um pouco preconceituosos em alguns pontos (...)".

O preconceito pode perpassar o imaginário social de alguns estratos sociais específicos, como por exemplo, o preconceito sofrido pelos nordestinos que migraram para a região sudeste, preconceito que afetou Fábio, um dos entrevistados, assim como pode perpassar sociedades inteiras, como é o caso do imaginário contra negros e pretos, no Brasil. O preconceito articula ideias e sentimentos, fornecendo a ordem moral para a histórica integração excludente dos cidadãos negros no Brasil, como indica Jessé de Souza (2018). O preconceito, como ordem moral, fornece a justificativa para a responsabilização individual daquele que sofre a ausência de políticas públicas. Uma ordem moral "(...) estipula as obrigações e os direitos que configuram e organizam nossa relação com os outros", como afirma Souza (ibidem, "ordem moral").

Esse mesmo imaginário social preconceituoso estará pautando as relações entre os sujeitos dentro das universidades, notadamente se as relações autoritárias e hierarquizadas não permitirem a instituição de tempos e espaços para diálogo e debate. O depoimento de Fábio sugere que a sua participação num coletivo, é significativo da perspectiva subjetiva, pois contribui para o desvelamento das relações históricas de exploração, do abandono pelo Estado e do apagamento histórico das contribuições culturais, econômicas e científicas de determinados grupos sociais. O debate propiciado no movimento negro, sobre os processos históricos de criação e disseminação de preconceitos, como

ordem moral, desvela a sua real condição, o que contribui para a reelaboração subjetiva da identidade nordestina de Fábio, como sugere o seu depoimento.

O aluno cliente está na universidade privada, mas sem estabelecer pertencimento. As relações de confiança, o diálogo com o outro, e formas de organização participativas parecem ausentes ou são muito incipientes (apontados apenas na relação professor-aluno). Assim a formação política nas universidades privadas cursadas pelos entrevistados, tende a reproduzir o mesmo imaginário social que perpassa a formação política da sociedade brasileira.

Destaque-se que nesses depoimentos os impedimentos pesam sobre a universidade privada, quando ela se mantém fechada à relação com as comunidades externas, quando não realiza extensão e a pesquisa, quando o ensino é abstrato, sem articulação entre teoria e prática; quando pauta suas relações no autoritarismo, quando sobrecarrega professores e alunos exaurindo o tempo que deveria ser dedicado ao (inter)conhecimento.

Em síntese os depoimentos sugerem que o movimento social é importante para levar as discussões que ocorrem dentro da universidade para as comunidades, e vice-versa, visando à criação de políticas públicas e qualificando o ativismo, mas, isto só acontece quando a universidade cria tempo, espaço e práticas que rompem com o autoritarismo de determinadas hierarquias sociais e com o mercado, corroborando as análises de Silva (2011, 2018) e de Turbío e Santos (2017), já indicadas acima. Todas essas dificuldades ampliam o risco de que pesquisadores e os sujeitos dos movimentos sociais, individualizados, sejam capturados pelas hierarquias sociais estabelecidas, obscurecendo as alternativas.

Discussões

Este artigo tem como foco os depoimentos de universitários e ex-universitários ativistas. O desafio que as autoras se colocaram foi o de ouvir, pensar e refletir sobre o que é dito por aqueles que já tem voz: os sujeitos que participam de coletivos na RMBS, num momento de retrocesso democrático e de ataques à ciência e à educação.

Para aqueles que esperam uma universidade fortalecida na sua significação social, os resultados sugerem que ocorram articulações entre movimentos sociais e universidades, uma vez que ratificam a ideia de que essas interlocuções fortalecem a universidade. Primeiro, como lugar de produção e disseminação de conhecimentos, coletiva e democraticamente produzidos. Além disso, a universidade contribui para uma formação política plena, ao fortalecer os processos democráticos internos.

As universidades privadas a que se referiram os entrevistados localizam-se na RMBS, e reproduzem de modo singular a formação do Estado brasileiro, cujos traços históricos —as relações de escravidão e a consequente coisificação do outro, a desvalorização do trabalho, o abismo da desigualdade—, compõem a ordem moral que orienta as relações cotidianas, autoritárias e violentas, que dificultam a constituição de uma sociedade democrática.

As universidades têm responsabilidade, junto com os coletivos e movimentos sociais, no enfrentamento a essa realidade discriminatória e excludente. Portanto, a universidade precisa enfrentar o desafio da construção do conhecimento, que exige propiciar excelente formação técnico profissional, e também política e humanista, considerando as desigualdades, as questões ambientais, os direitos humanos, a justiça social, ou

seja, a formação em seu sentido integral. A articulação com o movimento social pode contribuir nesse processo, desde que a universidade se proponha a enfrentar o autoritarismo e o individualismo acentuados pelos dispositivos neoliberais. Nessa articulação, tanto os coletivos quanto a universidade, especialmente a privada, objeto dessa análise, potencializa a sua contribuição aos grupos sociais em condição vulnerável, consequência desse modo de produção que gera desigualdade, no limite do capital. Porém, é necessário que a universidade compreenda o protagonismo dos sujeitos, seja no campo político, do conhecimento e na sua história de luta, não vitimizandos os sujeitos que participam dele, e sim, acolhendo e elaborando processos de produção de conhecimento e de atuação conjuntas.

Nesse sentido, as reflexões de Dubet (2016) contribuem para elucidar aspectos relacionados à (im)possibilidade da política, apontadas por Bobbio (1992) e Laval e Dardot (2017), citadas na introdução. Dubet (2016) constata a crescente desigualdade real, apesar da defesa e da crença nos valores universais como o da igualdade entre os seres humanos, que fundamentam as políticas educacionais universais. A leitura de Dubet (2016) sugere o fracasso civilizacional contido em políticas que se pretendem universais, igualitárias e de ampliação da justiça social e que, no entanto, ampliam as desigualdades e injustiças sociais. Refere-se a realidade da educação escolar francesa, porém contribui com a nossa reflexão sobre os dispositivos neoliberais e as possibilidades da política, especialmente, da resistência na universidade. A leitura de Dubet (2016) indica que a resposta a esse problema não se encontra no passado, e nem no retorno a valores que implicaram o rechaço às singularidades, por exemplo, na exclusão dos estrangeiros, dos menos capacitados, que implicaram condenar a mulher à volta ao lar, ao patriarcalismo, além de outras formas de exclusão e segregação.

Dubet retoma a condição de sujeitos, dos indivíduos que, apesar de formados pela sociabilidade neoliberal, podem estabelecer diálogos sobre a vida social comum, como ela se organiza e como afeta aos implicados. Considera fundamental a produção contínua de representações, imaginários e sentimentos acerca das experiências engendradas por essa via, sobre quem somos e o que queremos, sugerindo, então, que “*así, hay que proponer una alternativa de solidaridad a quienes tienen miedo, se sienten maltratados y apelan al repliegue y a veces al odio: más aún, hay que responder a quienes caen en la indiferencia y la desconfianza.*” (2016: 84).

Essa alternativa pressupõe o diálogo com o outro, a ampliação das práticas de democracia discreta, ou seja aquelas que deveriam cercar as pequenas decisões comunitárias, relacionadas a questões imediatas e comuns, que instiga a pensar e decidir de forma intersubjetiva, a partir do reconhecimento das diferentes opiniões, valores e posicionamentos. Dubet (2016) sugere, assim, que a política e a resistência são possíveis. E, mais: indica o quanto os universitários como aqueles que entrevistamos, que constituíram uma subjetividade solidária atuando no movimento social, podem contribuir para a criação de espaços de democracia discreta nas universidades.

Para tal, é preciso acolher os universitários que trazem as dimensões dos movimentos sociais, que exige uma intervenção solidária, sistemática e contextualizada, produtora de saberes e de mobilizações sociais, entre inclusão e exclusão, autoritarismo e democracia, igualdade e desigualdade e justiça social. Esses sujeitos de movimentos sociais revelam o desejo de uma sociedade justa e podem contribuir para uma universidade democrática e também justa, que se oriente pelo sentido contido na etimologia da palavra —Universal—, que inclui, e que tem sido obscurecido pela força do mercado que, ao contrário, tem empurrado essa instituição para o Uni, de único, que sendo único, é excludente.

Referências bibliográficas

- » Bastos, L. C. e Santos, W. S. dos (orgs.) (2013). *A entrevista na pesquisa qualitativa*. Rio de Janeiro, Quartet/Faperj.
- » Bobbio, N. (1992). *A Era dos Direitos*, 8ª ed. Rio de Janeiro, Editora Campus.
- » Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm
- » Carvalho, J.M.de. (2012). *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- » Dardot, P. e Laval, C. (2017). *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo.
- » Dubet, F. (2016). *¿Por qué preferimos la desigualdad? (aunque digamos lo contrario)*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno.
- » Franco, M. L. P. B. (2005). *Análise de conteúdo*, 2ª ed. Brasília, Liber Livro.
- » Gohn, M. da G. (2001 [1995]). *História dos Movimentos e Lutas Sociais. A construção da cidadania dos brasileiros*, 2ª ed. São Paulo, Loyola.
- » ----- (2017). Los Movimientos Sociales Brasileños de la última década. Em Almeida, P. Allen Cordero Ulate, A. (eds.). *Movimientos sociales en América Latina: perspectivas, tendencias y casos*, pp. 619-637. Buenos Aires, CLACSO, ebook.
- » González Rey, F.L. (2012). A emergência do sujeito e a subjetividade: sua implicação para a psicologia social. Em González Rey, F.L. *O social na psicologia e a psicologia social*. Mello Joscelyne, V. L. (trad.). Petrópolis, Vozes.
- » *Lei complementar nº 815, de 30 de julho de 1996*. Cria a Região Metropolitana da Baixada Santista e autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, a criar entidade autárquica e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista, e dá providências correlatas. Recuperado de <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1996/lei.complementar-815-30.07.1996.html>
- » Minto, L.W. (2006). *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas, Autores Associados, Coleção educação contemporânea.
- » Monfredini, I. (2013). O deserto da Formação Inicial de Professores e alguns Oásis. In: Monfredini, I.; Maximiano, G. F. e Lofti, M. do C. (orgs.). *O deserto da Formação Inicial nas Licenciaturas. e alguns Oásis*: pp. 13-62. 1ª ed. Jundiaí-SP, Paco Editorial.
- » ----- (2013a). Algumas reflexões sobre o trabalho de Professores Pesquisadores no ensino superior brasileiro. *Revista Comunicações, JCR*, vol. 1: 7-26.
- » Nogueira, M. A. (1998). *As possibilidades da Política. Idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo, Paz e Terra.
- » Oliveira Andrade, R. de (2019). Riscos à liberdade acadêmica. *Revista Pesquisa Fapesp*, nº 276, fev. 2019: 95-97.

- » Oliveira, F. (1998). O Surgimento do Antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público. Em *Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Vozes.
- » Pires, A.P. (2018). Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. Em Poupart, J.; Deslauriers, J.-P.; Groulx, L.-H.; Laparrière, A.; Mayer, R. e Pires, A.P. *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*, 4ª ed., 3ª reimpressão, Petrópolis, Vozes.
- » Poupart, J. (2018). A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. Em Poupart, J.; Deslauriers, J.-P.; Groulx, L.-H.; Laparrière, A.; Mayer, R.; Pires, A.P. *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*, 4ª ed., 3ª reimpressão, Petrópolis, Vozes.
- » Santos, B. de Souza. (2011). *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*, 3ª ed. São Paulo, Cortez.
- » Silva, J. de Souza e. (2018). *Porque uns e não outros?: caminhada de jovens pobres para a universidade*, 3ª ed. revista. Rio de Janeiro, Contraponto.
- » Souza Ferreira, D. A. de. (2019). A universidade na formação dos sujeitos que participam de movimentos sociais e coletivos: dimensões, limites e possibilidades. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação. Santos- SP.
- » Souza, J. (2018). *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro, LeYa.
- » Szymanski, H. (org.); Almeida, L.R. de e Prandini, R. C. A. R. (2014). *A entrevista na pesquisa em educação. A prática reflexiva*. São Paulo, Autores Associados.
- » Turíbio, E. e Santos, E. (2017). A reforma do estado e a gestão democrática na universidade pública brasileira. *Administração Pública e Gestão Social*, 1(3): 194-204. doi:https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.1281

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio à realização da pesquisa de mestrado-código de Financiamento-001.

Aos ativistas sociais pela generosidade de participarem das entrevistas.

Ivanise Monfredini

Doutora em Educação: história, política e sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil). Graduada em Psicologia, Universidade de Mogi das Cruzes (Brasil). <http://orcid.org/0000-0001-8492-9826>.

imonfredini@gmail.com

Denise Alves de Souza Ferreira

Graduada em Serviço Social e Mestra em Educação (2019 - Bolsista CAPES), ambas pela Universidade Católica de Santos (Brasil). <https://orcid.org/0000-0001-7111-6789>.

deniseadesferreira@gmail.com

